

Desvelando o Transtorno do Espectro Autista: o autismo

Unveiling Autistic Spectrum Disorder: autism

Vitória Viana Caixeta

Graduanda do curso de Pedagogia (UNIPAM)
E-mail: vitorigirl@hotmail.com

Edite da Glória Amorim Guimarães

Professora orientadora (UNIPAM)
E-mail: edite@unipam.edu.br

Resumo: O presente artigo teve como finalidade conhecer a história do autismo, suas causas, dificuldades, desafios e sintomas, ressaltando a importância da inclusão do autista no meio escolar e na sociedade, respeitando seus limites e seu tempo. A pesquisa teve como objetivo, também, destacar a importância da família e da escola no processo ensino aprendizagem da criança autista e os desafios enfrentados pelo professor. Outro aspecto importante discutido nessa pesquisa foi a importância da afetividade na relação professor-aluno. Apresentamos, também, os graus do autismo e as dificuldades que as crianças apresentam na relação com o outro, na comunicação social. É importante destacar que há diferentes tipos de autismo e que nem sempre os sintomas são os mesmos para todos os indivíduos autistas. A problematização desta pesquisa partiu dos questionamentos: Qual é o papel dos professores no desenvolvimento da criança autista? Quais têm sido os principais desafios enfrentados pelos professores na lida com as crianças que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA), em sala de aula? Entendemos que é importante o papel do professor no desenvolvimento de qualquer criança e, de forma mais especial ainda, no desenvolvimento da criança autista. Nesse sentido, o professor precisa ter uma formação adequada para lidar com essa criança, respeitando seus limites e seu tempo, fazendo com que o aluno autista seja incluído na sala de aula, para que haja interação com outras crianças e com o professor, o que influenciará no processo ensino-aprendizagem. Com isso, o docente capacitado pode desenvolver um ótimo trabalho em sala de aula e, assim, o autista conseguirá desenvolver-se na interação com os colegas. Para alcance de tal intento, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório. Autores como Assumpção (1995), Gauderer (1993) e Chalita (2003) foram utilizados para a construção da fundamentação teórica do estudo. Além disso, legislações que dispõem sobre direitos e ações voltados a pessoas com TEA foram consideradas para as discussões empreendidas.

Palavras chaves: Autismo. Inclusão. Desafios. Escola. Processo ensino-aprendizagem.

Abstract: The purpose of this article was to learn about the history of autism, its causes, difficulties, challenges and symptoms, emphasizing the importance of including the autistic person in school and in society, respecting its limits and time. The research also aimed to highlight the importance of the family and the school in the teaching-learning process of the autistic child and the challenges faced by the teacher. Another important aspect discussed in this research was the importance of affectivity in the teacher-student relationship. We also present the degrees of autism and the difficulties that

children have in their relationship with others, in the media. It is important to note that there are different types of autism and that the symptoms are not always the same for all autistic individuals. The problematization of this research started from the questions: What is the role of teachers in the development of autistic children? What have been the main challenges faced by teachers in dealing with children with Autistic Spectrum Disorder - ASD, in the classroom? We understand that the role of the teacher in the development of any child is important, and even more especially, in the development of the autistic child. In this sense, the teacher needs to have adequate training to deal with this child, respecting their limits and time, making the autistic student included in the classroom, so that there is interaction with other children and with the teacher, which will influence the teaching-learning process. With this, the trained teacher can develop a great job in the classroom and, thus, the autistic will be able to develop in the interaction with colleagues. To achieve this goal, an exploratory bibliographic research was used. Authors such as Henriques, Piaget, Gauderer, Mello, Chalita were used to construct the theoretical foundation of the study. In addition, laws that provide for rights and actions aimed at people with ASD were considered for the discussions undertaken.

Keywords: Autism. Inclusion. Challenges. School. Teaching-Learning Process.

1 CONSIDERAÇÃO INICIAIS

O autismo, conhecido hoje como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um transtorno neurológico que pode aparecer até os três anos de idade ou na adolescência, afetando o comportamento, a interação social e a comunicação do indivíduo. O Transtorno do Espectro Autista é um dos assuntos mais importantes da psiquiatria infantil, e uma das suas principais características é a não apresentação de contato visual e afetivo pela criança.

O autismo afeta múltiplos aspectos de como a criança vê o mundo, de como aprende e desenvolve-se a partir de suas próprias experiências e de como age em seu meio. Mas, a partir do tratamento adequado para cada faixa etária, a criança autista pode ter grande evolução e desenvolvimento nos aspectos sociais, culturais e afetivos, podendo, na fase adulta, ter sua casa própria, construir uma família, entre vários outros aspectos.

Sabemos que a infância é uma fase muito importante para a vida de todas as pessoas. É o momento de descobertas do mundo a sua volta, descobertas do seu próprio eu, desenvolvimento físico, psicológico e cultural, dentre tantos outros aspectos que contribuem para a formação de um adulto. Para a criança autista, não é diferente, ela constrói sua própria autonomia e independência, mas, no seu tempo, respeitando sua individualidade e a valorização de si no meio em que vive.

Sendo assim, destacamos como objetivo refletir sobre esse transtorno, ressaltando sua história, suas características e suas dificuldades apresentadas pelos portadores do autismo, evidenciando a importância da família, do professor e da escola na vida dessas crianças autistas, destacando a importância do trabalho escolar e da atenção com essas crianças.

A problematização do artigo visa identificar qual o papel do professor na vida do autista e quais os principais desafios enfrentados em sala de aula. Com isso, através das pesquisas, pudemos perceber o quanto o professor é importante na vida e no desenvolvimento de todos os seus alunos autistas ou não. Para lidar com o aluno autista, o docente precisa ter uma formação e preparação adequadas, respeitando o seu tempo e os seus limites, fazendo com que o aluno autista seja incluso no ambiente escolar. O docente

capacitado e com formação adequada irá realizar um ótimo trabalho e, assim, o aluno autista conseguirá se desenvolver e se interagir com os colegas.

Sendo assim, a partir da pesquisa realizada, pudemos perceber a importância de falar sobre o autismo e ter um conhecimento mais amplo sobre os portadores desse transtorno. É importante falar sobre esse transtorno para que as famílias dessas crianças se sintam mais incluídas na sociedade, com acolhimento e sem olhar de julgamento. A escola também é um fator importante, que ajuda no desenvolvimento da criança e que também precisa de uma maior preparação para desenvolver seu trabalho com mais segurança transmitindo segurança ao aluno. Em 2007, a Organização das Nações Unidas decretou o dia 02 de abril como dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Antigamente, o autismo era encarado como uma doença e não havia inclusão do autista na sociedade e na escola, fazendo com que a criança se sentisse rejeitada, excluída e sentindo ausência das pessoas e colegas, pois ela ficava sempre sozinha. A falta de conhecimento sobre o assunto e a falta de formação dos educadores e da escola influenciavam bastante na vida do autista, gerando preconceitos no seu convívio com outras crianças, e o autista não se tornava incluído no ambiente.

Podemos perceber que o autista hoje é incluído na sociedade. O autismo é um transtorno que possui tratamento de acordo com a faixa etária de cada criança. O Transtorno do Espectro Autista não escolhe idade, raça, cultura ou gênero; é um transtorno hereditário que pode aparecer até os três anos de idade ou na adolescência, sendo mais propenso nos meninos do que nas meninas.

Segundo Assumpção (1995), a criança autista possui dificuldades na comunicação, na interação e no laço afetivo com as pessoas, porém é de grande importância que a família e o professor criem situações de afetividade com a criança, ajudando-a no seu processo de desenvolvimento afetivo. É importante ressaltar que a afetividade com as crianças influencia no seu processo de ensino-aprendizagem. Assim, o professor precisa transmitir amor, carinho, atenção e segurança, fazendo com que a criança se sinta acolhida no ambiente escolar.

Portanto, a criança autista tem os mesmos direitos de qualquer outra pessoa, mas é importante respeitar os limites de cada uma. A cada novo estudo, pode-se perceber a importância de falar sobre o assunto, valorizando cada criança do seu jeito próprio de ser, com suas habilidades, mudanças, evoluções e diferenças.

Entendemos que romper com tais questionamentos requer um embasamento teórico consistente e um trabalho de pesquisa multidisciplinar. Diante de uma bibliografia criteriosamente selecionada, os resultados desta pesquisa poderão proporcionar uma nova leitura sobre o autismo, sobre o papel do professor e da família, bem como sobre a inclusão da criança no processo de socialização.

1.1 JUSTIFICATIVA

Escolhemos o tema estudado nesta pesquisa por ser um tema muito importante e por considerarmos que ainda é preciso muito estudo sobre a temática. Promover a discussão sobre a temática em questão é altamente relevante para a área pedagógica e, assim, por meio de um debate acadêmico atualizado e de certa forma inovador, daremos nossa contribuição para o meio acadêmico.

Outra questão relevante foi minha experiência em sala de aula com uma criança que tinha Transtorno do Espectro Autista (TEA). O estudo feito aqui é uma forma de aquisição de conhecimentos para ampliação das possibilidades de auxílio às crianças autistas em seu desenvolvimento cognitivo, social e comportamental.

Além disso, esta pesquisa é fonte de informação à família e ao professor sobre o desenvolvimento da criança portadora do TEA. A família é o primeiro núcleo com o qual o portador de autismo convive, que é sua base, sendo assim, o primeiro elo para o desenvolvimento do autista. Para dar suporte à família hoje, existem diversos grupos e associações em prol da criança autista, que podem ajudar essas famílias dando apoio, informação, acolhimento e segurança. O professor também possui grande influência no desenvolvimento do aluno autista e, com sua ajuda, apoio, amor, carinho, confiança e segurança em seu trabalho, o indivíduo pode ter uma grande evolução em seu desenvolvimento cognitivo e em sua interação social com os outros indivíduos.

Outra questão relevante neste trabalho para o desenvolvimento dessa criança foi a relação de afetividade entre professor e aluno, pois assim a criança pode se sentir acolhida no ambiente em que ela está inserida.

Por fim, pode se justificar a pesquisa pelo fato de que temos percebido que a demanda com o espectro autista tem aumentado. Podemos perceber por meio de pesquisas e estudos, que os portadores desse transtorno estão sendo inclusos cada vez mais na sociedade. Nesse sentido, é importante buscar novos conhecimentos e informações sobre essa temática.

De forma geral, todos os envolvidos nesse processo terão conhecimentos sobre o autismo, podendo, assim, perceber que essa criança é um ser normal, com limitações diferentes, mas que pode ser incluída em todos os contextos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO AUTISMO

2.1 HISTÓRICO

O autismo foi descrito pela primeira vez no ano de 1943 pelo médico Leo Kanner, mas a palavra “autismo” foi criada no ano de 1911 por Eugener Bleuler para descrever um sintoma da esquizofrenia.

No mesmo ano de 1943, segundo Dias (2015), Asperger descreveu, em seu doutorado, a psicopatia autista da infância, mas esse trabalho só veio a ficar conhecido nos anos de 1970, quando uma médica traduziu seu doutorado para o inglês. A partir daí, um tipo de autismo alto era considerado Síndrome de Asperger. Porém, nesse mesmo ano, a teoria foi rejeitada e a médica passou a pesquisar sobre as causas do autismo.

Para Ritvo e Feedman (1978, p. 565), o autismo é uma “inadequação do desenvolvimento da criança, é uma síndrome inata que repercute de forma global no desenvolvimento do indivíduo afetando a socialização, a aprendizagem e o comportamento em geral”.

Em 18 de dezembro de 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou que dia 2 de abril seria o dia Mundial da Conscientização do Autismo. Em 2008, houve a primeira comemoração da data pela ONU. Em 2013, o autismo passou a se chamar Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O autismo, conhecido hoje como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um transtorno neurológico variável, que aparece na criança até os três anos de idade ou na adolescência e afeta diversos comportamentos, como sua interação social, sua comunicação, seu comportamento repetitivo e restrito.

O comportamento repetitivo e restrito é uma característica específica do autista. Podemos citar comportamentos como a estereotipia, que é o movimento agitado das mãos e balançar o corpo; o comportamento compulsivo, definido como empilhar objetos ou colocá-los em linhas; a uniformidade, caracterizada como a resistência a mudanças; o comportamento ritualista, que está associado com a uniformidade e validação independente da combinação de fatores, envolvendo um padrão invariável da sua rotina diária, como ritual de se vestir; o comportamento restrito, que é o foco limitado em uma só atividade, brinquedo, programa de televisão, entre outros; e o comportamento de automutilação, com movimentos que ferem ou podem ferir a outra pessoa, como morder, chutar, bater a cabeça e etc. Crianças com autismo repetem os mesmos comportamentos rotineiros e, quando saem da sua rotina, isto lhe causa um grande desconforto.

O Transtorno do Espectro Autista pode ser chamado também de Desordens do Espectro Autista (DEA), pois envolve situações e apresentações diferentes umas das outras em uma gradação leve a mais grave. Porém, desde a mais leve até a mais grave, as crianças têm dificuldades na relação e na comunicação social.

Segundo Defensoria Pública do Estado De São Paulo (2011), o autismo é classificado como desordem, definido pela presença do desenvolvimento anormal ou comprometido, manifestando em déficits qualitativos na interação social do indivíduo, nos repertórios e nos interesses restritos, repetitivos e estereotipados.

2.2 TIPOS DE AUTISMO

É importante destacar que há diferentes tipos de autismo e que nem sempre os sintomas são os mesmos para todos os indivíduos autistas. Os portadores de autismo merecem todo amor, carinho, afeto, atenção e respeito, pois são seres humanos com sentimentos e emoções como os outros. O autismo não é uma doença, e, fazendo o tratamento adequado, a criança pode evoluir no seu processo de desenvolvimento, socialização e interação com o próximo, construindo também sua própria autonomia e independência.

O autismo pode ser classificado em três níveis. No primeiro nível do autismo clássico, o grau do comprometimento pode variar bastante. Os indivíduos com esse grau não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente em que vivem. As crianças com esse tipo de autismo são isoladas, não aprendem a falar, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados sem nenhuma causa ou significado específico. No segundo nível, autismo de alto desempenho (síndrome de Asperger), os portadores possuem as mesmas características e dificuldades dos outros autistas, porém em uma medida reduzida. São crianças muito inteligentes que podem até chegar a ser confundidos com um gênio. A dificuldade deles com a interação social é menor, podendo levar uma vida normal. No terceiro nível, o distúrbio global do desenvolvimento, sem outra especificação, se encaixam os indivíduos que possuem dificuldades na comunicação e interação com o meio social. Os sintomas não são suficientes para incluir as crianças portadoras desse transtorno específico, o que torna muito difícil os pais receberem um diagnóstico.

Hoje, uma em cada cem crianças apresenta algum grau do Transtorno do Espectro Autista, afetando mais os meninos do que as meninas. Esse transtorno acontece nos três primeiros anos de vida, nessa fase os neurônios coordenam as comunicações e as relações sociais dos indivíduos para o meio em que vivem.

Para as famílias dessas crianças, receber o diagnóstico de autismo é muito difícil e causa bastante sofrimento, por isso é de grande importância que as pessoas mais próximas dessas crianças conheçam as características do espectro autista para aprender técnicas que facilitam e ajudam a autossuficiência, a comunicação e o relacionamento da criança com outras pessoas.

Importante destacar, entretanto, que, apesar de mais comum até os três anos de idade, o autismo pode se manifestar também na fase da adolescência e na fase adulta. Os sintomas estão correlacionados com as dificuldades de superar as dificuldades, passando por condutas terapêuticas para cada caso.

Gauderer (1993) relata que o autismo inclui uma incapacidade em desenvolver um relacionamento interpessoal, marcada pela falta de resposta ao contato humano e de interesse pelas pessoas. Esse autor ainda cita como sintoma a incapacidade comunicativa, comprometendo tanto as habilidades verbais quanto as não verbais. Segundo ele, a linguagem expressiva verbal pode estar totalmente ausente, e, quando presente, é acompanhada de estrutura gramatical imatura, ecolalias, reversão pronominal, afasia nominal, entre outros.

Nessa linha de pensamento, Ornitz e Ritvo (1976) enfatizam, consideravelmente, os déficits perceptivos e atentos existentes, seguindo a abordagem de que o sistema nervoso central recebe e assimila as informações sensoriais de uma forma gravemente diferente e peculiar.

Nessa perspectiva, as crianças com esse transtorno precisam do tratamento certo para que possam se desenvolver bem no mundo em que vive, e os familiares precisam de apoio, informação e treinamento, para saberem como lidar com o autismo. Hoje, existem vários grupos e associações que ajudam os pais e familiares. Nesses locais há troca de experiências e orientação às famílias para que saibam lidar com esse transtorno com mais calma e tranquilidade, transmitindo segurança e tranquilidade para a criança, ajudando no seu processo de tratamento.

2.2.1 A Síndrome de Asperger

O autismo é um transtorno hereditário que afeta o processo de informações ao cérebro, alterando as células nervosas e as sinapses. Alguns dos indivíduos autistas não se desenvolvem normalmente com a fala, possuindo um atraso no seu desenvolvimento de comunicação oral. Esses indivíduos são menos propensos a pedir algo ou compartilhar experiências e mais propensos a repetir palavras do outro ou reverter os pronomes: eu pelo você.

A Síndrome de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento eram classificados separadamente do autismo, mas hoje fazem parte de uma única classificação do Transtorno do Espectro Autista. É importante ressaltar que fazer as intervenções logo no início que o transtorno é percebido ajuda a criança e não a prejudica futuramente. Uma intervenção feita no momento certo ajuda as crianças autistas em todos os seus comportamentos, até mesmo no progresso de sua fala, e no ganho de sua autonomia.

Henriques (2009, *apud* SONZA et al. 2013, p. 115) afirma que

a criança autista possui grandes dificuldades em se relacionar com outros indivíduos, mantendo-se sempre em um lugar sozinho sem contato com outros indivíduos. O autista evita o contato visual com outras pessoas, desviando o seu olhar em qualquer situação, não demonstrando interesse pela fala do outro, possuindo dificuldades em construir laços de amizade. As aproximações mais propensas de um autista são com os pais e parentes mais próximos, onde tem uma aceitação pelo contato físico e ações como um abraço. Quando a criança autista começa sua vida escolar, é mais viável que sua aproximação maior seja com o professor ou com algum adulto.

Algumas crianças autistas podem apresentar autoagressividade, ou seja, automutilação, com reações de morder ou bater a cabeça. Essas crianças podem, também, apresentar fatores de hiperatividade, irritabilidade, transtornos emocionais, comportamentais e alimentares.

A criança autista precisa ter o tratamento adequado para sua faixa etária, para que tenha um desenvolvimento adequado e compatível com suas potencialidades. No tratamento, é de grande importância a inclusão dos pais, pois a presença deles é importante devido à afetividade que tem entre eles, sendo, também, um caminho mais fácil para ajudar a criança em sua socialização com a sociedade e com o mundo em que vive.

2.2.2 Síndrome de Rett

A Síndrome de Rett é um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e é uma das principais causas de deficiência múltipla em meninas. É uma doença neurológica provocada por uma mutação genética e é de caráter progressivo.

Essa síndrome manifesta-se pela ausência de atividade funcional com as mãos, pelo isolamento, pela regressão da fala e das habilidades motoras adquiridas e pelo comprometimento das relações sociais, do desenvolvimento mental e da microcefalia progressiva.

Caracteriza-se também pela perda progressiva de funções neurológicas e motoras após alguns meses de desenvolvimento aparentemente normal, até os 18 anos de vida. Ao passar esse período, as habilidades de andar, de falar e o controle do uso das mãos podem ter alguns momentos de regressão, que podem ser substituídos por movimentos estereotipados, involuntários ou repetitivos.

A criança que possui a Síndrome de Rett apresenta desaceleração do crescimento, sendo uma criança mais “molinha”. Entre os 2 aos 4 anos de idade, são comuns nessas crianças distúrbios respiratórios e distúrbio do sono.

2.2.3 Autismo Clássico ou Transtorno Autista

O Autismo Clássico também é conhecido como Transtorno Autista, que é caracterizado pela comunicação, desafios sociais e comportamentos incomuns. Esse transtorno apresenta déficit em três domínios: na sociabilidade, na empatia e na capacidade

de compreensão ou percepção dos sentimentos do outro; na linguagem comunicativa e na imaginação; no comportamento e na flexibilidade cognitiva. A manifestação dos sintomas aparece antes dos 3 anos de idade, podendo estar associada à deficiência intelectual, e caracteriza-se por um comprometimento das relações interpessoais e diversas alterações de comunicação, de linguagem e de comportamento, inclusive estereotípias motoras.

Sendo assim, de acordo com Drauzio (s. d.), os indivíduos do autismo clássico são voltados para si mesmo, não estabelecendo contato visual com outras pessoas nem com o ambiente em que vive. Esses indivíduos possuem dificuldades em compreender enunciados simples e aprendem apenas o sentido literal das palavras.

As crianças com Autismo Clássico são mais isoladas, pois possuem fala atrasada, não olha para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos e carinhos e repetem movimentos estereotipados sem muito significado ou movimentos repetitivos, como girar ao redor de si mesmo.

2.3 LEGISLAÇÃO

A lei para os indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é vista pelos especialistas como uma forma de os responsáveis pelos autistas lutarem pela inclusão no meio social em que vivem, tendo direitos e deveres a cumprirem.

No contexto de educação e escola, todo autista tem direito de estudar em escola regular, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante, e, caso for necessário para esse autista, solicitar a presença de um acompanhante especializado para acompanhá-lo. É importante destacar que as escolas não podem negar matrícula aos estudantes que possuem qualquer tipo de transtorno ou deficiência.

A inclusão do aluno autista não é responsabilidade apenas do professor que vai acompanhá-lo em sala de aula, mas sim de toda a escola, de toda rede de ensino envolvida e dos pais. Para que a inclusão ocorra, além de uma lei aprovada, é preciso rever as políticas públicas, de modo a garantir aos educadores conhecimentos, tempo e formação necessária para receberem esse aluno, não fazendo com que ele seja apenas mais um matriculado, mas garantido e fazendo com que ele tenha garantido o seu direito de aprender.

A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 205, preconiza que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123)

É importante destacar que todos os indivíduos com Transtorno do Espectro Autista possuem seus direitos assegurados na sociedade em que está inserido, asseverando, também, a importância do estado e da família de fazer cumprir a inclusão de direitos deles. A inclusão desses indivíduos faz toda a diferença na vida de cada um, pois, através do aprendizado e desenvolvimento, eles exercem a cidadania e sua autonomia na sociedade em que vivem.

No Art. 206 da referida legislação, é afirmada a igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno com algum tipo de deficiência ou transtorno na escola, liberdade de aprender, de ensinar, de valorização dos profissionais de ensino e de garantia de padrão de qualidade da educação. (BRASIL, 1988).

A Declaração da Salamanca, em 1994, foi produzida em um encontro na Espanha com alguns representantes governamentais e organizações internacionais. Essa declaração trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A inclusão de todos os indivíduos com alguma deficiência ou transtorno dentro do sistema regular de ensino é a questão central sobre a qual a Declaração de Salamanca discorre. O Brasil tornou-se parceiro dessa luta pela inclusão de todas as pessoas nas escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, que rege os sistemas educacionais no Brasil, no seu artigo Art. 59, define que

os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades, terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados, professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a interação desses educandos nas classes comuns. A educação especial para o trabalho visa à efetiva integração da vida em sociedade, tendo acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 prescreve que, sempre que necessário, serão ofertados serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades dos alunos de educação especial. É importante destacar que a escola e os professores precisam se adaptar de acordo com a necessidade de cada um, criando novas metodologias e métodos, para que assim o aluno se desenvolva no seu processo ensino-aprendizagem, conforme seu tempo de aprendizado.

Berenice Piana é mãe de três filhos, sendo um deles autista, o que lhe motivou a lutar em defesa das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com isso, ela idealizou a primeira Clínica Escola do Autista do Brasil, implantada no Rio de Janeiro, em abril de 2014, além de participar da criação de leis em defesa dos autistas.

Berenice Piana é coautora da Lei 12.764, sancionada em 27 de dezembro de 2012. A lei passou a se chamar *Lei Berenice Piana*, que instituiu a Política Nacional da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei prevê a política nacional da proteção dos direitos das pessoas com autismo. Essa lei é fruto do projeto de lei do Senado Federal nº 168/2011, de sua Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, decorrente da sugestão legislativa apresentada pela Associação em Defesa do Autista, pontuando os direitos do autismo na sociedade em que vive, tendo possibilidade de ter uma vida ativa assim como qualquer outro indivíduo.

O Art.1, §2º da Lei 12.764/ 2012 prescreve que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Quando falamos em deficiência ou transtorno, englobam-se todas aquelas pessoas que possuem alguma necessidade especial, assim como o autismo. Todos os indivíduos com alguma deficiência ou transtorno têm o direito de igualdade, podendo exercer sua própria cidadania e ser incluso na sociedade em que vive, exercendo a cidadania, a autonomia e a liberdade.

A Lei Berenice Piana, no Art. 3, define os direitos das pessoas com TEA:

O direito à vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança, e o lazer; a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: o diagnóstico precoce, que ainda não definitivo; o atendimento multiprofissional; a nutrição adequada e a terapia nutricional; os medicamentos; informações que ajudem no diagnóstico e tratamento, ainda lhe são assegurado o acesso à educação e ao ensino profissionalizante; a moradia, inclusive a residência protegida; ao mercado de trabalho; a previdência social e a assistência social. É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir a tenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas da saúde, educação e assistência social. (BRASIL, 2012).

As pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm todos os direitos e deveres de seguir uma vida normal, assim como qualquer pessoa. É preciso sempre valorizar essas pessoas em todas as suas atitudes, pois elas possuem uma capacidade e potencial enorme para alcançar objetivos e realizar as tarefas normais do dia a dia. O autista possui uma vida normal, assim como todos nós, apenas com algumas limitações.

Depois, em 2015, foi homologada a Lei 13.146/2015, que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. O artigo 27 da lei aponta que

a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

As leis de inclusão asseguram o atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), desde o início de sua vida pelos níveis e modalidades do ensino, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia, em seu cotidiano escolar, particular e social, e os professores são pessoas essenciais para o desenvolvimento e a aprendizagem desses alunos, pois os docentes podem oportunizar a essa demanda o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades.

Em 2020, foi sancionada a Lei 13.977, originada do PL 2.573/19, e aprovada pelo Congresso Nacional. Com essa lei, criou-se a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). A norma foi batizada de Lei Romeo Mion, que é o filho do apresentador Marcos Mion, que tem o Transtorno do Espectro Autista.

De acordo com a lei, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) deve assegurar aos portadores atenção integral, pronto

atendimento e prioridade no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas da saúde, da educação e da assistência social.

A carteira será expedida pelos órgãos estaduais, distritais e municipais que executam a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Para tanto, a família do indivíduo autista deve apresentar um requerimento acompanhado de um relatório médico com a indicação do código de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). Essa carteira terá validade de cinco anos, mas a família precisa sempre manter todos os dados atualizados. A carteira não é essencial em estabelecimentos comerciais ou públicos, em particular os de saúde.

O reconhecimento da pessoa com Transtorno do Espectro Autista assegura o direito de maior inclusão social, o que, afinal, é o que todo ser humano deseja: ser acolhido e respeitado em sua essência.

Sendo assim, pudemos perceber a importância do autista em ser incluído em todos os aspectos de direitos do ser humano, destacando a sua capacidade e potencialidade de realizar todas as tarefas, valorizando o indivíduo autista no seu ser, respeitando suas individualidades e valores adquiridos ao decorrer de toda a vida. Para o autista, é muito importante se sentir amado, acolhido, respeitado e, acima de tudo, valorizado pelo o que é e pela sua realidade.

2.4 O PAPEL DO PROFESSOR

O professor também é essencial no tratamento do autismo, pois ele terá uma vivência muito grande com o aluno autista. Atividades como danças, jogos e teatro podem contribuir para o despertar da realidade desse indivíduo, podendo trabalhar a atenção e a memória, e assim o aluno pode mostrar sua história para o professor.

Mello (2007, *apud* SONZA *et al.*, 2013, p. 118-119) enfatiza que

o professor do aluno autista deve: posicionar o aluno o mais próximo possível do professor, dar a ele a oportunidade de ser ajudante do professor, fornecer ajuda ao aluno para que possa trabalhar e concentrar-se por períodos cada vez mais longos, estimulá-lo a trabalhar em grupo, aprendendo a esperar sua vez e elogiá-lo sempre.

Apesar das dificuldades do aluno autista, o professor e a família não podem deixar de lado a capacidade dessas crianças autistas de trabalhar, formar famílias, manter círculos de amizades e adquirir sua própria independência e desenvolver sua autoestima. Todos esses fatores fazem com que o autista se sinta capacitado para fazer, realizar e arriscar-se no mundo em que vive, tendo como base e suporte a família.

O professor é o agente mediador e responsável pelo processo educacional do aluno. Além disso, o professor precisa, também, criar um vínculo afetivo com os alunos, transmitindo amor, carinho e segurança para eles, sendo então o coração daquela instituição na qual o aluno está inserido. O professor precisa ir além de sua formação acadêmica, ampliando conhecimentos e experiências, construindo afetividade com os alunos, o que

ajudará no processo ensino-aprendizagem de cada um. A boa relação e o afeto entre professor-aluno e aluno-professor fazem toda a diferença na formação dos indivíduos.

Nesse viés, Chalita (2003, p. 164-165) considera que

ninguém ama o que não conhece, e o aluno precisa ser amado! E o professor é capaz de fazer isso. Para quem teve uma formação rígida, é difícil expressar seus sentimentos; há pessoas que não conseguem elogiar, que não conseguem abraçar, que não conseguem sorrir. O professor tem que quebrar essas barreiras e trabalhar suas limitações e as dos alunos. Não há como separar o ser humano profissional do ser humano pessoal.

A convivência do aluno com o professor é de grande importância para o desenvolvimento em todas as etapas do seu processo de ensino-aprendizagem, desde a chegada à escola até ao aprendizado em sala de aula. Essa relação saudável, agradável e tranquila entre professor e aluno contribui para o crescimento e realização um do outro, uma vez que não só o aluno, mas também todo ser humano precisam de afeto para se sentirem valorizados.

A afetividade, na perspectiva de La Taille (1992, p. 65), ao discorrer sobre a concepção afetiva em Piaget, é uma energia,

algo que impulsiona as ações. Vale dizer que existe algum interesse, algum móvel que motiva a ação. O desenvolvimento da inteligência permite, sem dúvida, que a motivação possa ser despertada por um número cada vez maior de objetos ou situações. Todavia ao longo desse desenvolvimento, o princípio básico permanece o mesmo: afetividade é a mola propulsora das ações.

Ações e gestos simples, como fazer um elogio a um novo corte de cabelo, a uma mochila nova, fortalecem um laço de amizade entre professor e aluno e também a sua afetividade, sempre respeitando a individualidade.

Em relação à família, é importante também ter esse laço de afetividade, tanto com a família e o professor, quanto com a família e o aluno. Uma relação de afetividade tranquila entre ambos ajuda no desenvolvimento da criança e na sua autoestima, mostrando a esse aluno que ele é importante e valorizado.

Com o aluno autista não existe diferença na afetividade; ele também precisa sentir acolhido pela escola e pelo professor, cabendo sempre ao professor respeitar os seus limites, descobrir seus interesses, sonhos, dificuldades, enfim conhecê-lo do jeito único que ele realmente é, e saber respeitar as diferenças. O professor no decorrer do conhecimento do seu aluno irá descobrir quais habilidades que ele possui e quais ele ainda pode e consegue adquirir, podendo ser habilidades de socialização ou da área cognitiva. O aluno precisa ser valorizado e reconhecido por cada conquista.

Na relação de afetividade com o aluno autista, quem aprende primeiro é o professor e quem ensina é o aluno. O autista não é um ser solitário, ele faz parte de um todo, e irá sempre se espelhar em seu professor, pois é o professor, também, que lhe proporciona o crescimento, a confiança, sendo a base que o sustenta em todas as suas fases, mudanças e avanços adquiridos a cada dia.

O primeiro contato da criança autista na escola não é nada fácil para ela, para os pais, para os professores e para a escola em geral, pois é criança com necessidades especiais, porém com o direito de aprender, socializar e ser incluída naquele meio educacional. O professor precisa conhecer o aluno que está recebendo e aos poucos ir se adaptando à realidade dele, ajudando-o para que possa se desenvolver bem em seu processo de ensino aprendizagem.

Segundo Guimarães *et al.* (2016), a relação de afetividade entre professor/aluno é de grande importância para o desenvolvimento do aluno e para o trabalho do professor em sala de aula, pois assim podem ter respostas e retornos positivos para o desenvolvimento e aprendizagem desse aluno, fazendo também que ele seja incluído pelos demais alunos. Sendo assim, o professor pode ajudar na inclusão do aluno autista com os outros e, ao fazer isso, deve respeitar os limites e o tempo de desenvolvimento e aprendizagem desse aluno.

Com vistas a colaborar com o professor no processo ensino-aprendizagem da criança autista, é necessário que ela possua um acompanhante, para acompanhá-la em todas as atividades a serem desenvolvidas no ambiente interno e externo da escola, fazendo com que a criança se sinta inclusiva e incluída na turma.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é a base de todo o processo de desenvolvimento da criança, e ela é um fator de grande importância na vida escolar do autista, pois, para a escola realizar um bom trabalho e a criança ter sucesso em seu processo ensino-aprendizagem, é necessário que a família esteja lado a lado com a escola, fazendo a sua parte.

O professor e a escola são peças fundamentais e muito importantes na vida do aluno autista, pois é, no ambiente escolar que esse discente irá desenvolver os aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais, participando de tudo que é proposto em sala de aula, respeitando o seu tempo e o seu limite.

A afetividade com as crianças autistas faz, também, toda a diferença. É preciso haver afeto entre professor-aluno, escola-aluno e aluno-aluno, pois, assim, o aluno se sente mais seguro e aceito naquele ambiente em que está inserido.

O professor enfrenta desafios e dificuldades no seu dia a dia em sala de aula com os alunos autistas, pelo motivo de ainda faltar preparação para esses profissionais e para toda a escola. Porém, com a ajuda da família, relatando alguns pontos sobre a criança autista, esclarece pontos importantes para o professor, que poderá planejar uma metodologia adequada, oferecendo uma educação de qualidade.

Por fim, é importante destacar que ainda são necessários estudos sobre o autismo e preparação para a escola e professores, para que assim eles possam receber os alunos com amor, carinho e afeto, oferecendo uma educação de qualidade, fazendo com que o autista se sinta integrante daquele meio, se sinta importante e capaz de realizar o que lhe é proposto.

Esperamos contribuir com essa pesquisa para os estudos dos alunos do curso de Pedagogia, bem como para a formação continuada de professores que têm inclusos nas suas turmas alunos autistas.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Francisco B. **Autismo infantil**. 1995. Disponível em: http://emedix.uol.com.br/doi/psio01_1f_autismo.php#texto2.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1996.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da República Federativa**, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa**, Brasília, DF, 06 jul. 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.977**, de 08 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Cíptea), e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa**, Brasília, DF, 08 jan. 2020.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Direitos das pessoas com autismo**. 2011. Disponível em: https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/34/figuras/DireitosPessoasAutismo_Leitura.pdf.

DIAS, Sandra. **Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade**. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 18, n. 2, São Paulo, junho, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142015000200307.

DRAUZIO, Varella. **Transtorno do Espectro Autista**. Disponível em: <http://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/transtorno-do-espectro-autista-tea/>

GAUDERER, C. **Autismo**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 1993.

GUIMARÃES, Edite da Glória Amorim *et al.* **Afetividade: um desafio em sala de aula**. *Revista Pergaminho*, Patos de Minas. 2016. Disponível em:

<https://revistas.unipam.edu.br/index.php/pergaminho/issue/view/85/Edi%C3%A7%C3%A3o%20completa2016>.

LA TAILLE, Yves de. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 21. ed. São Paulo: Summus, 1992.

ORNITZ, E. M.; RITVO, E. R. The syndrome of autism: a critical review. **American Journal of Psychiatry**, 133, 1976.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Conceito de autismo**. [s. d.]. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/conceito-de-autismo/40485>.

RITVO, E.; FREEDMAN, B. The National Society for Autistic Children's Definition of the Syndrome of Autism. **J. Am. Acad. Child. Psych**, 17, 565 – 575, 1978.

SONZA, Andréa Poletto *et al.* (orgs). **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais – PNEs**. Bento Gonçalves (RS), 2013. Apostila.